

4. MODERNIZAÇÃO E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

4.1. Planejamento Estratégico

No 1º. Trimestre de 2010, destacam-se atividades que versaram sobre dois aspectos centrais:

a) a avaliação das ações de 2009, no qual se valeu das informações constantes do SIAP (Sistema Integrado de Administração Pública); e

b) ações a serem implementadas em 2010, sobre o qual o Conselho de Gestão Estratégica delineou os projetos que seriam priorizados no ano de 2010.

No período, houve um pequeno atraso na implementação de ações (e mesmo no delineamento do Plano de 2010) devido ao contexto de transição administrativa da Corte de Contas, sobre cuja liderança derivam detalhamento e prioridades das ações. De outra parte, também houve atraso no Projeto de Redesenho do Tribunal de Contas, iniciado em 2009, e que, em 2010, requer ações para sua efetividade.

4.2. PROMOEX

O Programa de Modernização do Controle Externo de Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX representa uma oportunidade histórica de integração institucional dos órgãos de controle públicos do Brasil, que deverá levar ao fortalecimento das instituições de controle externo e alavancar os resultados de suas ações constitucionais e legais, sob o aspecto da eficiência, eficácia e efetividade.

O programa, que abrange todos os Tribunais de Contas estaduais, municipais e distrital do país, está sendo financiado, em parte, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, e seguindo a metodologia e regras preconizadas por esta instituição financeira.

No âmbito deste Estado, o Governo Federal, através do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP, firmou com este Tribunal o Convênio MP/PROMOEX nº 011/2006, de 03/04/2006, publicado no Diário Oficial da União nº 72, de 13/04/2006, seção 3, página 106, prevendo a transferência de recursos financeiros que totalizam R\$ 3.358.879,20, com uma contrapartida local de 40% do total transferido, ou seja, R\$ 2.239.252,80, totalizando um investimento de R\$ 5.598.132,00. Sendo que, no segundo trimestre do ano de 2009, foi assinado o 1º Termo Aditivo daquele ano, com objetivo de prorrogar o prazo de execução do Programa e vigência do Convênio para 31 de dezembro de 2010, bem como alterar os valores conveniados em função da variação cambial. Assim sendo os valores passaram a retratar os seguintes montantes:

“.....valor global de R\$ 4.020.901,50 (equivalente a US\$ 1.971.030,15), sendo R\$ 2.362.797,78 (equivalente a US\$ 1.158.234,21) o valor total de recursos, dividido em repasses anuais, via convênio, e R\$ 1.658.103,72 (equivalente a US\$ 812.795,94) o valor que o Tribunal oferecerá em contrapartida. A taxa de câmbio, para a equivalência em dólar descrita acima, é de R\$ 2,04 = US\$ 1,00, especificada na grade de parâmetros para a Programação Financeira Federal para 2009.”

Até o primeiro trimestre, o Governo Federal repassou ao TCE/SC o montante de R\$ 1.772.348,91, ou seja, 75,01% do total previsto no convênio inicial. Sendo que, em janeiro de 2010 foi liberado a maior parte dos recursos, no montante de R\$ 1.147.806,95. Deste total repassado já foram efetivamente aplicados R\$ 611.252,31. Faz parte, também, dos recursos federais disponíveis o montante de R\$ 84.480,73, resultado da aplicação financeira dos recursos disponíveis, que no primeiro trimestre obteve um rendimento de R\$ 7.345,25.

Foi encaminhado para a direção nacional do PROMOEX o plano de aquisição para o ano de 2010, prevendo investimentos no valor de R\$ 2.598.306,69, sendo R\$ 1.825.790,99 de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento e R\$ 772.515,70 referentes à contrapartida do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Desde o início das atividades, o Programa já aplicou recursos financeiros de forma efetiva num montante de R\$ 1.652.773,52, sendo R\$ 611.252,31 dos recursos de convênio e R\$ 1.041.521,21 da contrapartida do Tribunal.

No primeiro trimestre de 2010, o Tribunal de Contas realizou despesas financeiras no montante de R\$ 54.012,85, dos quais R\$ 45.319,78 são originários da fonte de recursos do convênio e R\$ 8.693,07 da contrapartida do TCE/SC.

Recursos financeiros no montante de R\$ 35.000,00 foram utilizados para pagamento de parcela dos serviços de consultoria do Projeto Redesenho de Processos de Controle Externo, desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas.

O restante foi investido para financiar palestras promovidas pelo Instituto de Contas, como também, para participação de servidores do Tribunal de Contas em eventos técnicos promovidos pela Direção Nacional do PROMOEX.

4.3. Redesenho de Processos de Controle Externo

Durante o ano de 2009, foram mapeados e redesenhados 14 processos de controle externo do TCE/SC. Com o apoio metodológico da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a partir da nova proposta de fluxo processual dos processos foram elaborados manuais e criados indicadores de desempenho de cada processo.

Os relatórios técnicos também foram objeto de análise por parte dos participantes do redesenho. Para tanto, foi realizada nos dias 9 e 10 de fevereiro de 2010 uma oficina de trabalho para discutir a estrutura desta peça processual, que, no mês de março, resultou na elaboração da estrutura geral dos Relatórios de instrução dos processos de controle externo e a estrutura específica de seis processos¹[1].

No mês de março a equipe interna do TCE/SC se reuniu com a FGV para elaboração do Plano de implantação de redesenho para o ano de 2010, contemplando as etapas, cronograma e áreas envolvidas.

¹[1] RLA regularidade, Denúncia e Representação, Tomada de Contas Especial, Licitações e Contratações, Prestação de Contas Anual de Unidade Gestora e Prestação de Contas de Recursos Repassados.

4.4. Ouvidoria

No trimestre, a Ouvidoria recebeu 126 manifestações. Destas, 50% referiam-se a solicitações de informações técnicas e sobre a legislação utilizada pelo TCE, no exercício de suas funções constitucionais, conforme demonstra a Tabela 20.

TABELA 20 – Descrição das demandas Registradas

Natureza da Demanda	%
Críticas	7,94
Sugestões	3,17
Reclamações	13,49
Solicitações de Informações	50,00
Fornecimento de Informações	21,43
Outros	3,97

Fonte: Ouvidoria

O Portal do TCE/SC destacou-se como o acesso mais utilizado à Ouvidoria, conforme dados da Tabela 21.

TABELA 21 – Meios de acessos à Ouvidoria

Natureza da Demanda	%
Carta	-
Email	31,75
Fax	0,79
Portal do TCE	65,87
Atendimento Pessoal	1,59

Fonte: Ouvidoria

4.5. Divulgação Institucional

O TCE/SC tem procurado mostrar à sociedade a importância do controle externo, bem como a divulgação de sua missão institucional, o seu campo de atuação e suas principais ações de fiscalização. Neste sentido, destaca-se o papel da Assessoria de Comunicação (ACOM) através do envio de releases para a imprensa, produção de matérias para internet e intranet e da elaboração de livros, manuais e informativos, entre outros.

No tocante às atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação, no primeiro trimestre de 2010, cabe registrar as principais ações de comunicação interna e externa demonstrados nas tabelas 22 a 27.

4.5.1. Comunicação Interna

TABELA 22 - MATÉRIAS SELECIONADAS PARA O CLIPPING ELETRÔNICO

Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO ESTADUAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO REGIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de jornais, revistas e publicações de CIRCULAÇÃO NACIONAL, que citam ou não o TCE	Matérias selecionadas de sites e blogs, que citam ou não o TCE	Total de Matérias selecionadas
1.049	62	229	183	1.517

Fonte: ACOM

TABELA 23 – MATÉRIAS DIVULGADAS AO PÚBLICO INTERNO

Matérias publicadas na intranet	Comunicação Sistema Interno de Som	E-mails encaminhados para o público interno - “Notas para reforçar matérias publicadas na intranet”
44	4	8

Fonte: ACOM

4.5.2. Comunicação Externa

TABELA 24 – MATÉRIAS ENVIADAS À IMPRENSA

Releases encaminhados	Releases aproveitados pela imprensa	Matérias publicadas decorrentes de releases
14	11	56

Fonte: ACOM

TABELA 25 - MATÉRIAS QUE MENCIONAM O TCE

Publicadas em jornais e revistas ¹	Publicadas em blogs e sites	Veiculadas em TVs ²	Veiculadas em Rádios ³	Total ⁴
109	34	2	2	147

Fonte: ACOM

1- De circulação regional, estadual ou nacional. 2 - Fonte: monitoramento feito nas TVs locais e estaduais, pela TV Clipagem. 3 - Fonte: monitoramento feito nas rádios locais CBN Diário, Guararema e Guarujá, pela TV Clipagem. 4 - A contagem de matérias que citam o TCE baseia-se em pesquisa realizada, diariamente, em cerca de 100 fontes. Por isso, é provável que o número de matérias veiculadas na imprensa que citam o TCE seja ainda maior do que o mensurado pela ACOM

TABELA 26 - MATÉRIAS PUBLICADAS NOS JORNAIS DO INTERIOR

Matérias que citam o TCE nos jornais do interior	Releases encaminhados	Releases aproveitados em jornais do interior	Matérias decorrentes dos releases aproveitados
41	14	2	18

Fonte: ACOM

TABELA 27 - MATÉRIAS PUBLICADAS POR COLUNISTAS

Notas de colunistas que citam o TCE	Releases aproveitados em notas de colunistas	Notas decorrentes dos releases aproveitados
63	12	15

Fonte: ACOM

4.6. Convênios e Acordos de Cooperação

O Tribunal de Contas de Santa Catarina tem intensificado a cooperação e a troca de informações com órgãos e entidades cujas atividades estão envolvidas com o controle de despesas públicas, objetivando o aprimoramento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento de ações conjuntas de fiscalização.

A tabela a seguir apresenta os Convênios e Acordos de Cooperação, assinados no primeiro trimestre de 2010.

TABELA 28 - CONVÊNIOS E ACORDOS DE COOPERAÇÃO

Nº	Tipo	Instituição	Objeto	Valor R\$	Publicação
SEM	TERMO DE COOPERAÇÃO	ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON	COOPERAÇÃO ENTRE OS PARTICIPANTES PARA APOIO NA MANUTENÇÃO OPERACIONAL DA SEDE TEMPORÁRIA DA ATRICON JUNTO AO TCE/SC.	SEM	DOTC-e nº461, de 19/03/2010, página 19
SEM	ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO - TCU e CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO	ARTICULAÇÃO DE ESFORÇOS, FORMAÇÃO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS E DEFINIÇÃO DE DIRETRIZES EM COMUM, POR MEIO DO ESTABELECIMENTO DE COMPROMISSOS E AÇÕES CONJUNTAS, COM O OBJETIVO DE VIABILIZAR O APOIO A AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DE CADA PARTICIPE E A COOPERAÇÃO CONJUNTA PARA ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE REDE DE RELACIONAMENTO ENTRE ÓRGÃOS E ENTIDADES PÚBLICAS VOLTADAS PARA A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA.	SEM	DOU nº 63, de 05/04/2010, página 213

Fonte: Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais - DPE